



Ao Senhor
GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA
Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
SGAN Quadra 603 – Módulos I e J
Brasília – DF
CEP: 70830-110

Sua referência
AI n° 0019/2024-
SFT

Sua comunicação
26/06/2024

Nossa referência
CT-EDP-SP-073-
2024

Data
08/07/2024

Assunto: Processo nº 48500.006213/2024-00 – Resposta ao AI nº 0019/2024-SFT

Prezado Senhor Superintendente,

A EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (“EDP SP”, “Concessionária”, “Distribuidora” ou “Recorrente”), concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob o nº 02.302.100/0001-06, com endereço à Rua Werner Von Siemens, 111, PR22, BLA Lapa, São Paulo, CEP: 05069-900, vem, respeitosamente, apresentar **RECURSO** em face do Auto de Infração nº 0019/2024-SFT (“AI nº 0019/2024”), com fundamento no artigo 3º, inciso III, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; no artigo 9º, inciso III, da Normas de Organização Administrativa nº 01 e no artigo 36 da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019 (“REN nº 846/2019”).

Em atenção ao disposto no art. 37 da REN nº 846/2019, este Recurso é dirigido ao Ilmo. Sr. Superintendente de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica, autoridade que lavrou o Auto de Infração ora recorrido para, querendo, exercer o juízo de reconsideração.

Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, a EDP SP requer, desde já, que o Ilmo. Superintendente remeta os autos do Processo nº 485700.00647/2024-11, devidamente instruídos com o presente Recurso, para apreciação da Diretoria da ANEEL.

Termos em que,
Pede Deferimento.

São Paulo, 08 de julho de 2024

Marcos de Abreu Soares
Gestor Executivo de Regulação da Distribuição

À E. DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

Recorrente: EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.

Recorrido: Ilmo. Sr. Superintendente de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica

RAZÕES DA RECORRENTE

I. Da Tempestividade

O AI nº 0019/2024 foi recebido pela EDP SP em 26/06/2024, de modo que o prazo de 10 (dez) dias, conferido pelo art. 36 da REN nº 846/2019 para interposição de recurso iniciou-se em 27/06/2024 (quarta-feira) e chegará a termo em 06/07/2024 (sábado), prorrogando-se para 08/07/2024 (segunda-feira), primeiro dia útil subsequente. Assim, protocolado o recurso na presente data, torna-se evidente a sua tempestividade.

II. Síntese dos fatos e da alegada Não-Conformidade (NC1 – Serviço Adequado – Qualidade do fornecimento ou atendimento)

Em 27/02/2024, a EDP SP recebeu o TN nº 0014/2024, acompanhado do Relatório de Fiscalização – Ação Fiscalizadora da Distribuição nº 0038/2024-SFT/ANEEL, datado de 26/02/2024. A ação fiscalizadora objeto do Relatório de Fiscalização teve por finalidade verificar (i) a diligência da Distribuidora quanto aos esforços envidados para o restabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras em atendimento às ocorrências emergenciais; bem como (ii) a atuação da EDP SP frente ao evento climático extremo ocorrido no dia 03/11/2023.

Para tanto, a Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT realizou avaliação (i) nos indicadores de Tempo Médio de Atendimento a Emergência – TMAE no período de 2019 a 2023; (ii) nas informações de interrupções ocorridas nos anos de 2022 e 2023; (iii) além de outras informações específicas solicitadas quando do evento de 03/11/2023, concluindo que:

55. Para as interrupções com duração excessiva, observou-se que em 2022, houve redução das interrupções que foram restabelecidas em até 6 horas, de 80,49% em 2021 para 65,67% em 2022 e permanece reduzindo em 2023 (56,15%), o que representa piora em relação aos anos anteriores.

56. A quantidade de interrupções restabelecidas acima de 24 horas, apresentou em 2022 e 2023 os piores resultados dos quatro anos avaliados. Avaliando-se o histórico de 2020 a 2023, constata-se que não houve melhora na qualidade de fornecimento de energia no que diz respeito à quantidade de interrupções com duração acima de 24 (vinte e quatro) horas.

57. Para os tempos de atendimento a ocorrências emergenciais, observou-se que o Tempo Médio de Preparo – TMP da EDP SP apresentou uma piora nos

últimos dois anos, mostrou-se evidente a demora por parte da Distribuidora para alocação de uma equipe de atendimento para uma ocorrência emergencial, mesmo previamente ao contexto do evento climático do dia 03/11/2023.

58. Quanto à diligência da Distribuidora no evento climático, embora o evento tenha iniciado na sexta-feira dia 03/11/23 após as 16h, o aumento significativo da quantidade de equipes alocadas para o restabelecimento ocorreu apenas a partir da segunda-feira dia 06/11/23, acarretando assim um período muito longo para atuação em contingência, evidenciando estrutura de atendimento inadequada.

59. A maior parte das equipes de atendimento pertencem ao quadro próprio, que atuam em manutenção no nível “primário” da rede, contudo praticamente a metade dos veículos disponibilizados são de pequeno e médio porte, de características insuficientes de recursos e que dificultaram sobremaneira a execução de uma manutenção de maior porte, como na reconstrução de redes, estrutura essa necessária para atendimento em eventos climáticos severos.

60. Ressalta-se que o restabelecimento completo de todas as unidades consumidoras que foram interrompidas no dia 03/11/2023 ocorreu apenas no dia 09/11/2023, ou seja, 6 dias após o início do evento climático. Salienta-se que nos dias subsequentes ao dia 03/11/2023 também ocorreu uma grande quantidade de clientes interrompidos acima de 24h, não se restringindo, portanto, referida demora aos usuários deste primeiro dia.

Com base nas conclusões alcançadas por esta d. SFT, foi lavrado o TN nº 0014/2024, alegando-se suposto descumprimento ao disposto na Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 202/98-ANEEL¹ e no art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021², uma vez que supostamente a Distribuidora não teria prestado serviço adequado aos consumidores da área de concessão afetados por interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Em face dos fundamentos constantes do referido Relatório de Fiscalização, a EDP SP apresentou manifestação por meio da qual, esclareceu que a avaliação realizada deixou de considerar fatos relevantes que não são representados por meio dos novos indicadores trazidos. Em síntese, a Distribuidora destacou: (i) a intensificação dos efeitos da mudança climática no Brasil e o impacto na sua área de concessão; (ii) o caráter extraordinário dos eventos do dia 03/11/2023, bem como todas as medidas prontamente tomadas pela EDP SP no reestabelecimento do serviço em toda a área afeta; (iii) as medidas preventivas implementadas na área da concessão e os entraves identificados, como é o caso da poda de árvores, que demanda a interlocução com a municipalidade; (iv) a adequação dos serviços

¹ “CLÁUSULA QUINTA – ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA Além de outras obrigações decorrentes da Lei e das normas regulamentares específicas, constituem encargos da CONCESSIONÁRIA inerentes à prestação dos serviços públicos concedidos: [...] III – realizar, por sua conta e risco, as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando as instalações e equipamentos correspondentes, de modo a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas. Quando for necessária a realização de obras no seu sistema, para possibilitar o fornecimento solicitado, a CONCESSIONÁRIA informará, por escrito, ao interessado, as condições para a execução dessas obras e o prazo de sua conclusão, observadas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL;”.

² “Art. 4º A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários e pelas informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos. §1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.”.

prestados, tendo em vista a conformidade com os parâmetros fixados pela Agência (DEC/FEC e “Ranking DGC”), bem como pelo atingimento da meta pactuada no âmbito do Plano de Resultados de Continuidade 2023–2026 da ANEEL já em 2023; (v) a realização de vultosos investimentos na sua área de concessão, implementando melhorias significativas; e (vi) inadequação da utilização de novos indicadores de atendimento emergencial para avaliação da prestação do serviço, ante a ausência de previsão normativa.

Em análise aos esclarecimentos prestados, a d. SFT reconheceu, no evento do dia 03/11/2023, que o desempenho da EDP SP foi superior ao das demais distribuidoras do estado de São Paulo, motivo pelo qual desconsiderou da Não-Conformidade a parcela associada ao restabelecimento de energia das unidades consumidoras após o evento. Contudo, com relação à performance do tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais, bem como à duração das interrupções, concluiu pela improcedência das alegações apresentadas pela Distribuidora, culminando com a lavratura do AI nº 0019/2024 e a aplicação de multa no valor de R\$ 16.021.418,97 (dezesesseis milhões, vinte e um mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa e sete centavos).

Dessa forma, por entender que os serviços prestados pela EDP SP, além de adequados, estão em conformidade com os parâmetros fixados pela Agência, não restou alternativa senão a interposição do presente recurso. É o que se passa a expor.

III. Da adequação do serviço prestado pela EDP SP: inexistência da Não-Conformidade alegada pela Agência

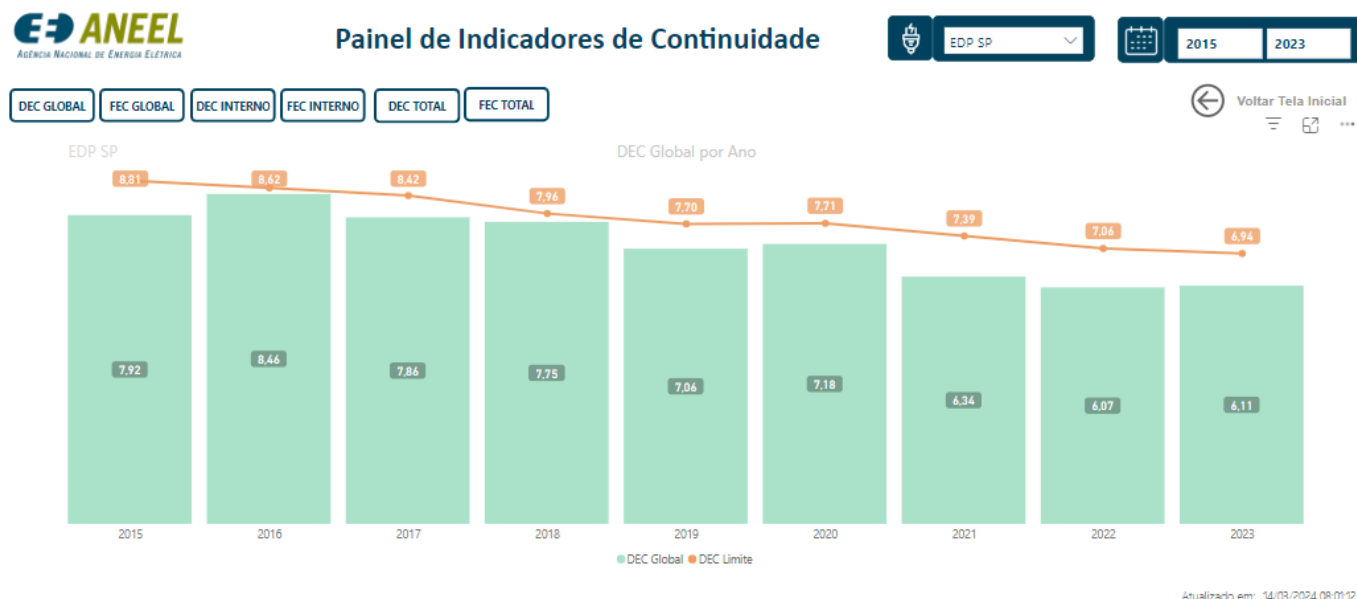
De acordo com o AI nº 0019/2024, *“a Concessionária não observou as premissas de serviço adequado, especialmente no que diz respeito à continuidade e eficiência na prestação de serviços de energia”*. No entanto, ao contrário da conclusão manifestada pela d. SFT, todos os parâmetros fixados e as metas estabelecidas por esta d. Agência vem sendo inequivocamente cumpridos pela EDP SP. Vejamos.

III.1. Indicadores de Continuidade Global

Conforme disposto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, a temática de qualidade do serviço envolve os indicadores de continuidade e de atendimento às ocorrências emergenciais.

Especificamente no que diz respeito aos indicadores de continuidade – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) –, importa ressaltar que EDP SP ao longo dos anos tem performado abaixo dos limites regulatórios definidos pela Agência, conforme é possível verificar nos gráficos disponibilizados no Painel de Indicadores de Continuidade da ANEEL:

Figura 1: Desempenho da EDP SP no indicador DEC

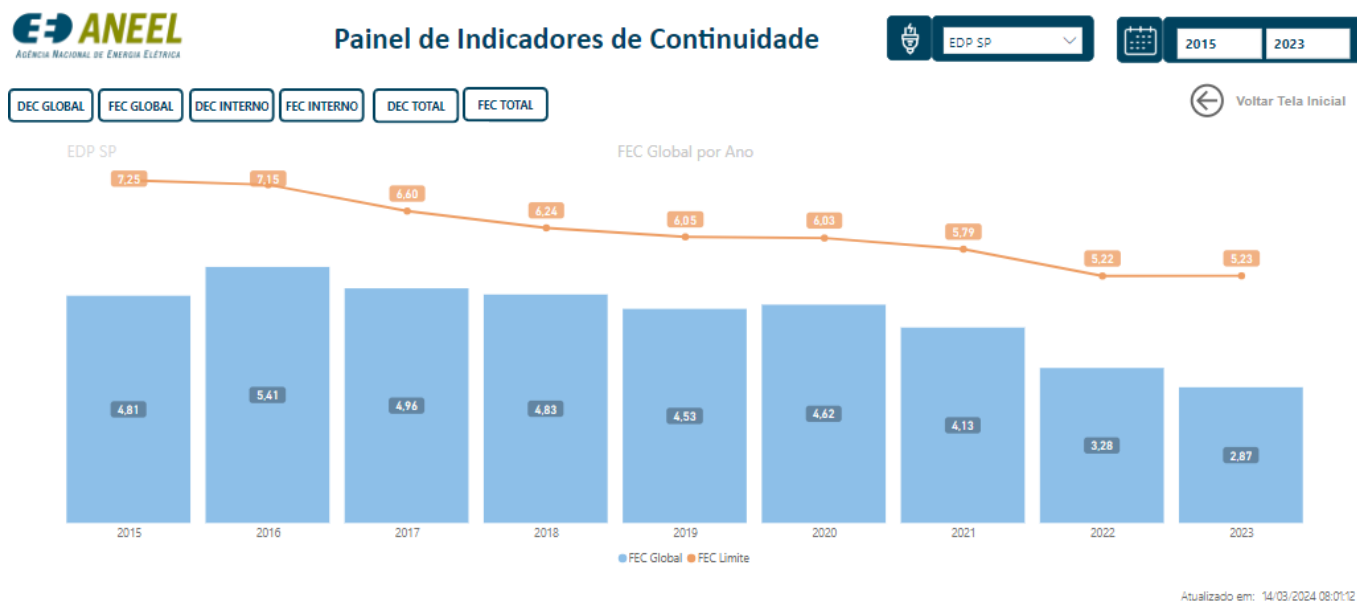


Fonte: Painel de Indicadores de Continuidade da ANEEL

Para o indicador DEC, verifica-se que entre 2018 e 2023 houve uma redução de 1,63 horas, o que representa uma redução de 21% no tempo médio da duração das interrupções. Destaca-se ainda que em 2023, a EDP SP apresentou o 5º melhor DEC, conforme Nota Técnica nº 21/2024-STD/ANEEL, de 14/03/2024 (48552.001686/2024-00), considerando as distribuidoras com porte similar (acima de 400 mil unidades consumidoras), mantendo a posição de 2022. Observa-se também que em todos os anos apresentados houve o cumprimento da meta regulatória estabelecida pela ANEEL, com resultados apurados nos últimos 3 anos, em média de 10 a 15% abaixo do limite global.

Para o indicador FEC, verifica-se entre 2018 e 2023 houve uma redução de 1,96 vezes, o que representa uma redução de 41%. Destaca-se que em 2022, conforme Nota Técnica nº 0019/2023-SRD/ANEEL (48554.000714/2023-00), a EDP SP apresentou o 5º melhor FEC, enquanto em 2023 atingiu a primeira posição, conforme informações da citada Nota Técnica nº 21/2024-STD/ANEEL, sendo a única distribuidora com indicador abaixo de 3 vezes, demonstrando o compromisso da EDP SP com a contínua melhoria da qualidade. Vejamos:

Figura 2: Desempenho da EDP SP no indicador FEC



Fonte: Painel de Indicadores de Continuidade da ANEEL

Destaca-se também que, em todos os anos apresentados, houve o cumprimento da meta regulatória estabelecida pela ANEEL, sendo que em 2023 foi atingido um valor 45% abaixo do limite estabelecido.

Desta forma, fica evidente que, no que diz respeito aos indicadores oficiais de continuidade de DEC/FEC, a EDP SP apresenta melhoria contínua e trajetória consistente de redução, atendendo sempre aos limites regulatórios estabelecidos pelo órgão regulador e obtendo resultados de destaque em nível nacional.

Outro parâmetro a ser considerado é o ranking da continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica – “Ranking DGC”, em que a ANEEL apura o indicador de desempenho global de continuidade (“DGC”) das empresas a partir da média aritmética simples das razões entre os valores apurados e limites anuais dos indicadores globais DEC e FEC das distribuidoras e posteriormente realiza a classificação das empresas, com objetivo de apresentar a evolução no tema de continuidade. Conforme dados extraídos do site da ANEEL, verifica-se que a EDP SP apresentou evolução de 10 posições no referido ranking no período de 2020 a 2023, saindo da posição 22^o para 12^o.

Não só o Ranking DGC demonstra, como a própria ANEEL, em reportagem referente ao tema, reconhece a evolução da EDP SP no tema, referindo-se à Concessionária: “[a] distribuidora que mais evoluiu em 2021 foi a LIGHT, com um avanço de 10 posições, seguida por EPB e EDP SP, que melhoraram 8 posições em comparação ao ano de 2020”³.

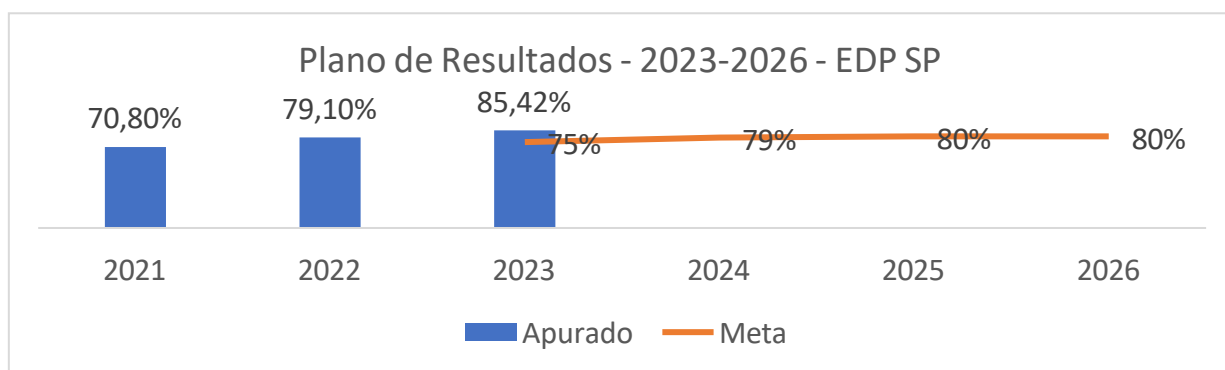
³ ANEEL divulga desempenho e ranking das distribuidoras sobre fornecimento de energia em 2021. ANEEL,

Portanto, é inequívoca a constante melhoria dos serviços prestados pela EDP SP, que sempre estiveram dentro dos parâmetros e limites regulatórios estabelecidos.

III.2. Indicadores de continuidade dos conjuntos

Não obstante o acompanhamento dos indicadores globais, importante ter em conta o acompanhamento realizado no âmbito do Plano de Resultados de Continuidade 2023-2026 da ANEEL, cujo objetivo é buscar a melhora efetiva do serviço de continuidade, em especial da conformidade regulatória dos conjuntos, com a meta de que as concessionárias atinjam o patamar de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios. Com base nas diretrizes determinadas pela ANEEL, a EDP SP havia pactuado o atingimento da meta a partir de 2025, contudo, já em 2023 atingiu a meta pactuada. Confira-se:

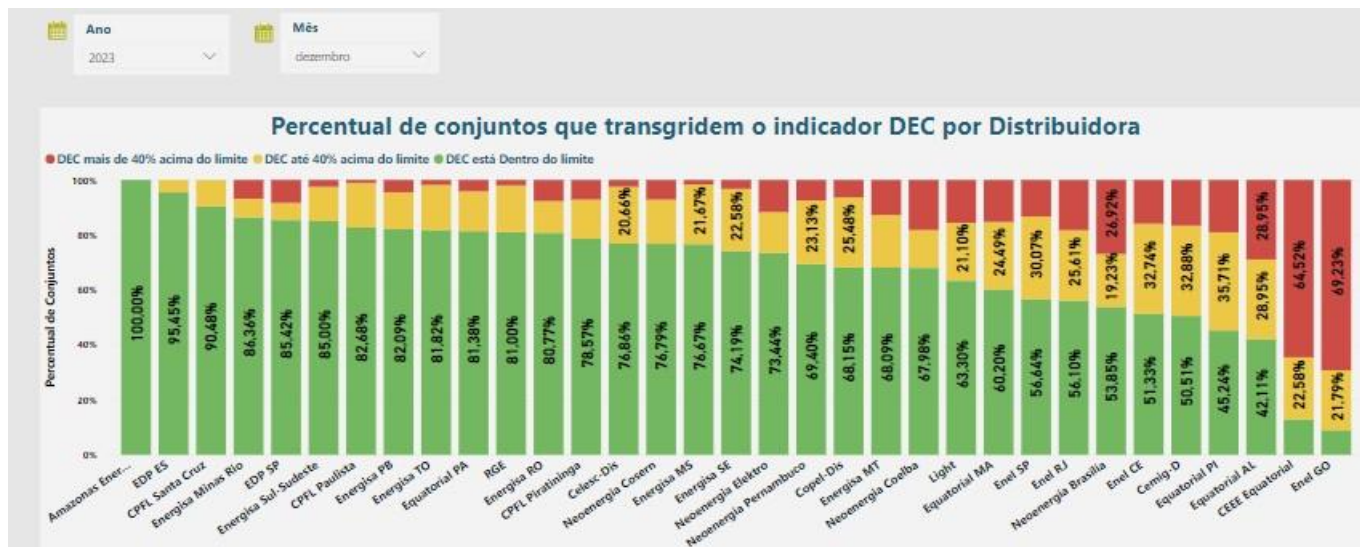
Figura 3: Evolução da EDP SP no âmbito do Plano de Resultados



Cabe salientar também que, com os resultados obtidos em 2023 em relação ao % de conjuntos violados no DEC, a EDP SP tem o 5º melhor resultado em um comparativo com as demais distribuidoras do Brasil (considerado empresas de grande porte – acima de 400 mil unidades consumidoras). Veja-se:

15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2022/aneel-divulga-desempenho-e-ranking-das-distribuidoras-sobre-fornecimento-de-energia-em-2021>. Acesso em: 25 mar. 2024.

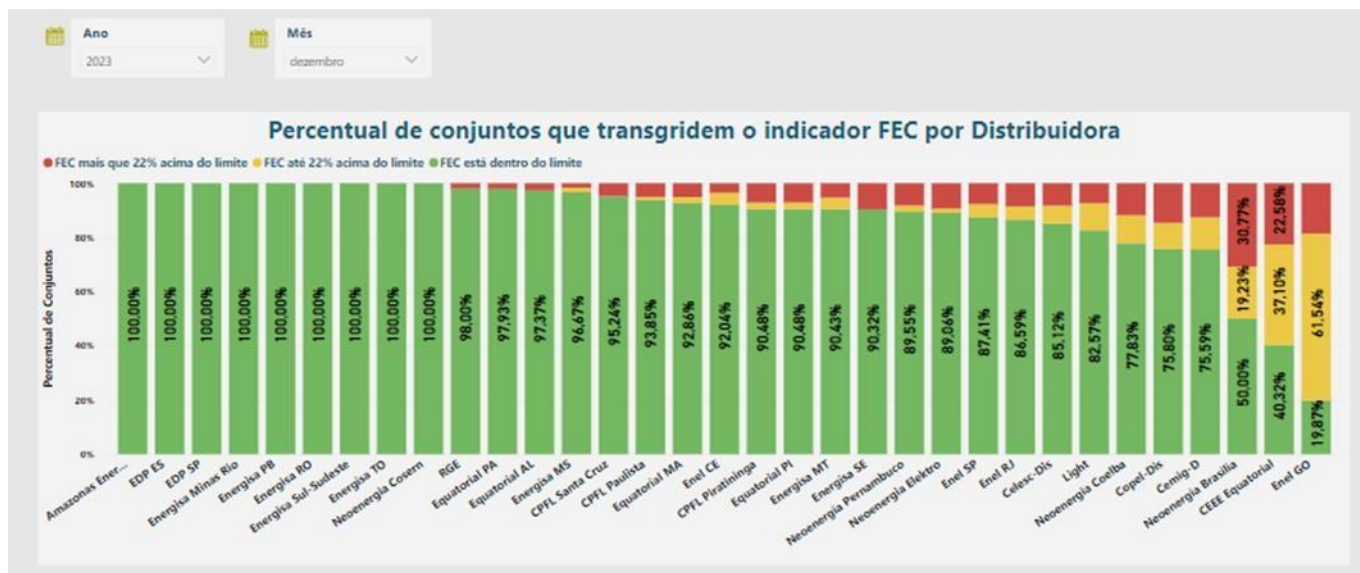
Figura 4: % de conjuntos violados por distribuidora – DEC



Fonte: Painel de Indicadores de Continuidade da ANEEL

Outro ponto a mencionar é que, em 2023, o indicador FEC de todos os conjuntos de unidades consumidoras a EDP SP performaram dentro dos limites regulatórios, sendo uma das seis únicas distribuidoras do Brasil a não ter conjuntos violados neste indicador (considerado empresas de grande porte – acima de 400 mil unidades consumidoras). Senão, vejamos:

Figura 5: % de conjuntos violados por distribuidora – FEC



Fonte: Painel de Indicadores de Continuidade da ANEEL

São evidentes, portanto, a evolução e os resultados positivos que a EDP SP vem obtendo, demonstrando não só o compromisso da Distribuidora em prestar adequadamente os serviços de fornecimento de energia elétrica e seu destaque dentro do setor, com a efetiva

entrega de um serviço adequado aos consumidores.

Nesse contexto, é inegável a contínua melhora dos serviços de distribuição prestados pela EDP SP, bem como o cumprimento de todas as metas e parâmetros regulatórios fixados por esta D. Agência. Desse modo, se os indicadores estão sendo cumpridos, não há como entender pela inadequação dos serviços prestados pela EDP SP, motivo pelo qual o presente Auto de Infração deve ser reformado.

III.3. Investimentos realizados

Não obstante o cumprimento dos indicadores globais e de conjunto pela EDP SP, que indicam a prestação do serviço adequado, a Distribuidora não se manteve inerte e vem intensificando investimentos na sua área de concessão em busca de constante melhoria, conforme passa a demonstrar.

Decerto, um sistema de distribuição de energia elétrica robusto é menos suscetível a falhas, quedas de tensão e interrupções. Desta forma, a EDP tem realizado investimentos expressivos em um plano para a recomposição, objetivando promover:

- i. a modernização do sistema elétrico, com a instalação de cabos cuja tecnologia proporciona maior proteção contra agentes externos como objetos lançados sobre a rede, pipas e, em especial, galhos decorrentes de quedas de árvores em dias de chuvas e ventos;
- ii. a instalação de equipamentos de religamento automático para contribuir diretamente na redução da abrangência das ocorrências com interrupção do fornecimento de energia elétrica;
- iii. a adição de equipamentos de proteção para seccionar trechos com blocos de unidades consumidoras e reduzir a quantidade de consumidores envolvidos em eventuais desligamentos, acelerando o reestabelecimento da energia elétrica e as interligações para manobras e equipamentos de sensoramento e proteção; e
- iv. as substituições pontuais de cruzetas, postes e estruturas, com particular e especial atenção dedicada aos serviços de manutenções diárias dos ativos em operação.

Por isso, esclarece-se que a composição do plano de custeio com manutenção (OpEx) e identificação de potenciais para recomposição de rede e renovação dos ativos (CapEx) é estruturada com base nos processos de inspeções de campo periódicas o que inclui os planos visuais e termográficas, que direcionam as necessidades de intervenções preventivas e preditivas na rede e são a base de sua estratégia de atuação.

No que se refere aos planos, cumpre especificar que o Plano Visual é orientado por um cronograma anual de inspeções, gerando notas de serviços para a manutenção preventiva e propostas de melhoria como, por exemplo, a necessidade de recondutoramento da rede de distribuição devido a interferência externa, incluindo as provocadas por árvores. As notas de manutenção são geradas com prioridades atribuídas e endereçadas para execução pelos Centros de Serviços da Distribuição e as propostas de melhorias avaliadas e priorizada durante os anos conforme

estratégia da concessionária.

O Plano Termográfico, por sua vez, consiste em um cronograma anual de inspeções dos alimentadores e trechos da rede que apresentam maior carregamento. Referido plano também gera notas de serviços de manutenção que são priorizadas e endereçadas aos Centros de Serviços de Distribuição.

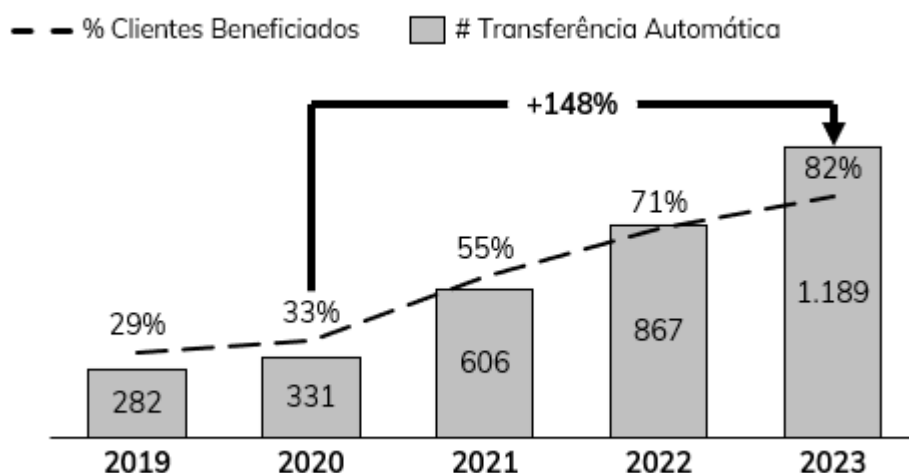
Nesse sentido, o modelo organizacional da EDP SP estruturou as atividades estratégicas, voltadas ao direcionamento das ações e priorização de recursos de maneira eficiente, garantindo a confiabilidade, qualidade e continuidade dos serviços públicos prestados, considerando os seguintes objetivos e orientações:

- Gerir os recursos necessários, de forma criteriosa e priorizada;
- Equilibrar esforços de forma ordenada, prevendo manutenção com a máxima homogeneidade observados os indicadores de qualidade;
- Manter a confiabilidade e as condições de segurança do sistema de distribuição;
- Cumprimento das normas técnicas, critérios de segurança e requisitos ambientais.

Com base em tal modelo, uma das estratégias adotadas no tema modernização do sistema elétrico, investimos nos últimos 4 anos o montante de R\$ 80 milhões em recomposição de rede de média tensão promovendo a substituição de redes abertas por redes compactas, aplicando a tecnologia Spacer Cable, evitando e reduzindo a quantidade de interrupções do fornecimento de energia elétrica, em razão de interferências externas, como aquelas normais causadas por árvores.

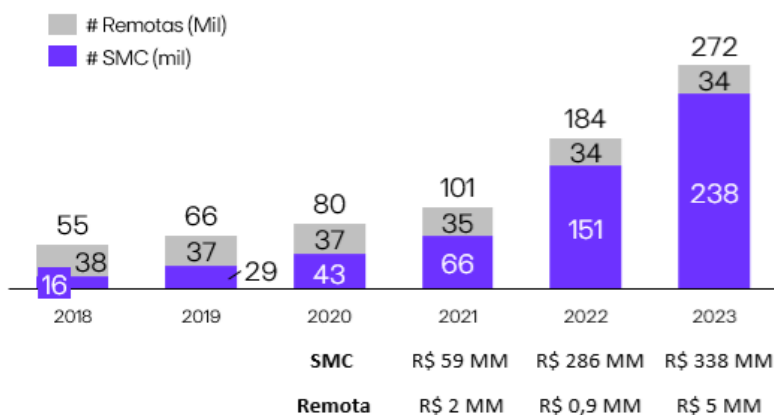
Ademais, é importante uma abordagem sobre os investimentos realizados em religadores automáticos, equipamentos de grande importância para a redução da abrangência das ocorrências com interrupções do fornecimento de energia, já que possibilitam a transferência de carga com manobras automáticas e seccionamento em diferentes trechos da rede de distribuição, reduzindo a quantidade de consumidores envolvidos em eventuais desligamentos e acelerando o reestabelecimento da energia elétrica. Nesse contexto, os investimentos da EDP SP nos últimos 04 anos somaram R\$ 100 milhões, resultando em um aumento de religadores na ordem de 148%, contribuindo para a evolução nas lógicas de transferência automática e beneficiando cerca de 82% das Unidades Consumidoras da EDP SP.

Figura 6: evolução de transferências automáticas e clientes beneficiados



Outra frente de investimento que vem crescendo substancialmente na estratégia da EDP SP é o aumento do parque de redes e medidores inteligentes, que auxilia na melhora do acompanhamento e controle das ocorrências emergenciais, permitindo assim o aumento da eficiência nos envios e deslocamentos das equipes.

Figura 7: Quantidade de medidores inteligentes



Importante destacar o volume de atividades de manutenções no sistema de distribuição e intervenção na vegetação, como exemplo, em 2022 foram realizadas 15.080 notas de serviços executadas; já em 2023 esse número aumentou cerca de 29%, totalizando 19.519 notas executadas. Apenas no que diz respeito à intervenção na vegetação, a EDP SP ressalta que houve um incremento de 50% no volume total de notas executadas entre os dois anos.

No que diz respeito aos investimentos considerados estruturantes, para além de serem planejados com vistas ao atendimento do mercado e adequação de carregamento e nível de tensão, têm seu dimensionamento focado na flexibilidade operativa, interligações e reforços, visando à melhoria da qualidade do fornecimento nos conjuntos de unidades consumidoras.

Há de se ter em conta, ainda, que para 2024 há o direcionamento de ações de manutenção em

Resiliência de Redes de Baixa tensão que totalizam R\$ 40,5 milhões em obras de recondução de rede e substituição de ramal de ligação, bem como outras que somam R\$ 104 milhões destinados a recomposição da rede MT/BT, com objetivo de torná-la mais robusta e menos susceptível a falhas, uma vez que o volume de ocorrência na baixa tensão representa 76% do volume de total de ocorrência na EDP SP.

Dessa forma ressalta-se que a EDP SP, no período entre 2022 e 2023, investiu cerca de (i) R\$ 203,4 milhões em obras de recomposição e (ii) R\$ 305 milhões em obras estruturantes. Além disso, é preciso mencionar que, nos últimos 5 anos, de 2019 a 2023, a companhia investiu em novas subestações e na reforma das subestações existentes, com ampliações e modernizações, de tal maneira que, até dezembro de 2023, foram realizadas 10 inaugurações de novas subestações e 6 ampliações em subestações existentes. Confira-se:

Figura 8: Obras estruturantes da EDP SP

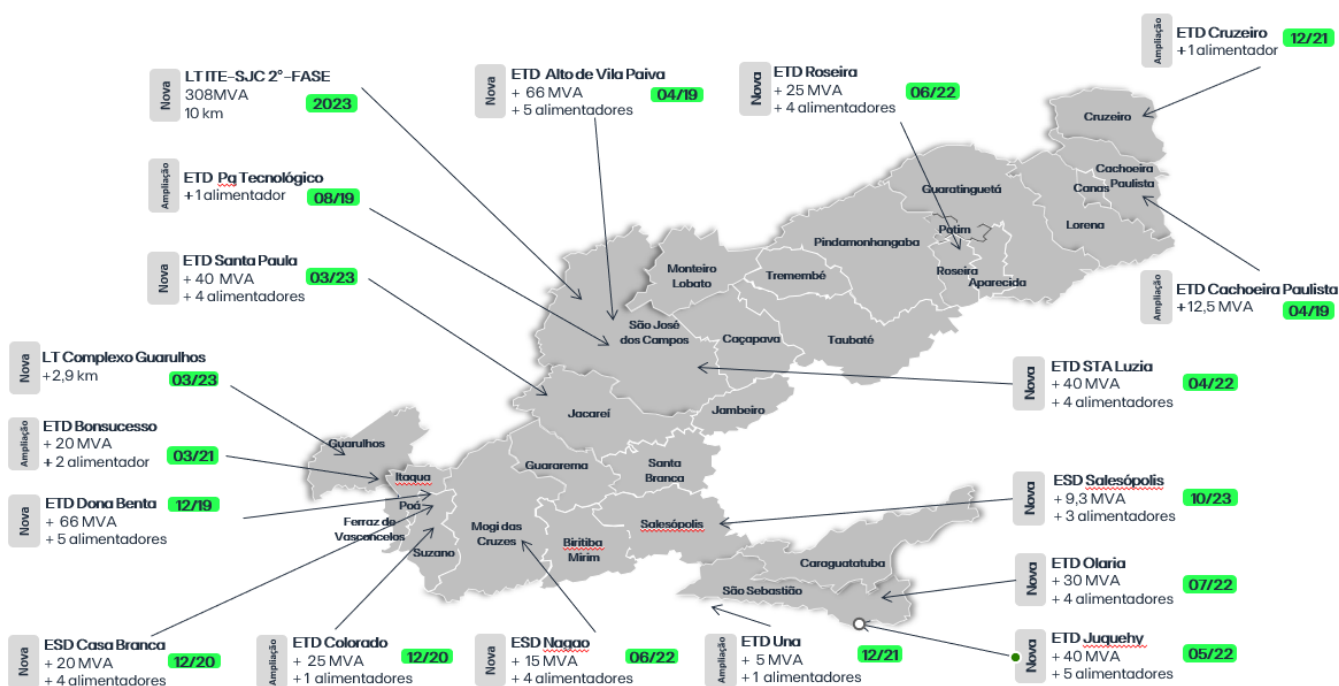
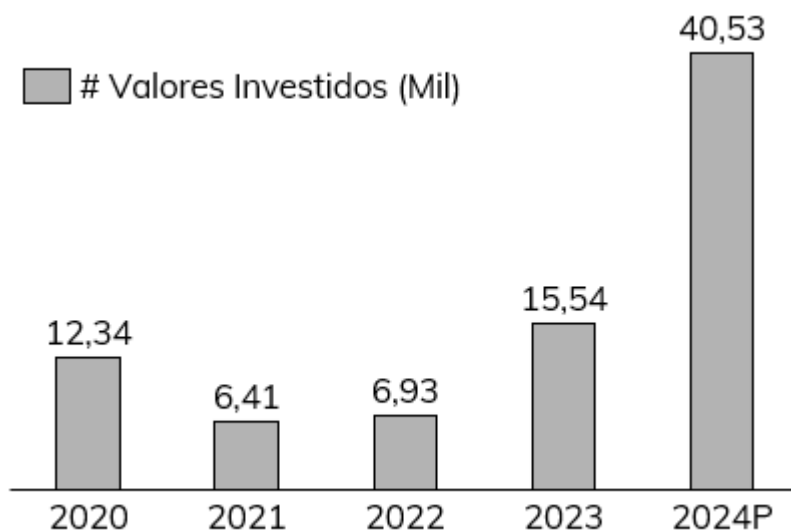
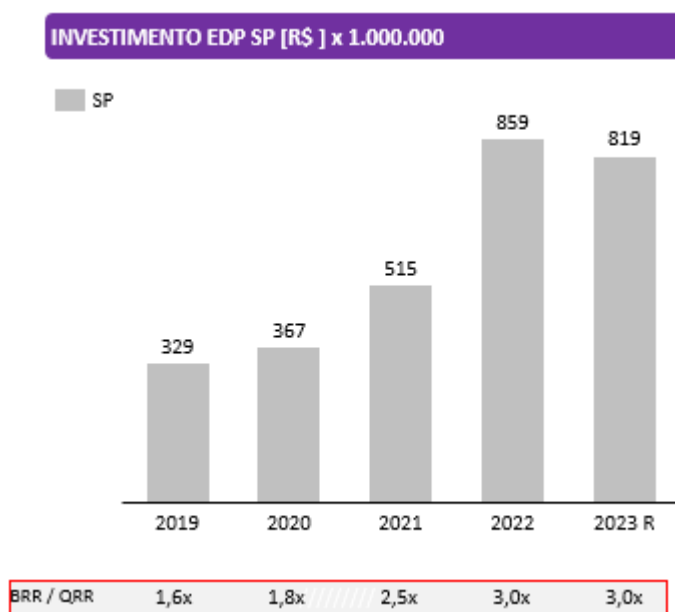


Figura 9: investimentos em resiliência de rede



Destaca-se, ainda, que a EDP SP vem realizando ao longo dos últimos anos, em sua área de concessão, investimentos expressivos que correspondem a 3 vezes o valor da Quota de Reintegração Regulatória. Veja-se:

Figura 10: Investimento na EDP SP



Como se observa, a EDP SP realizou vultosos investimentos na sua área de concessão, implementando melhorias significativas e orientadas a prestação adequada dos serviços de distribuição de energia elétrica, o que, sem dúvidas, está refletido nos rankings, nos Indicadores de Continuidade Global e nos Indicadores de Continuidade dos Conjuntos, que denotam a adequada prestação do serviço público de distribuição.

III.4. Violação ao princípio da legalidade: Da impossibilidade de utilização de indicadores que não guardam relação com suposta inadequação da prestação do serviço

Segundo o Relatório de Fiscalização nº 0038/2024, confirmado pelo AI nº 0019/2024, a d. SFT concluiu que a Distribuidora não tem prestado um serviço adequado no que concerne ao fornecimento de energia elétrica considerando uma avaliação quanto à duração de interrupções individuais, bem como nos tempos de atendimento a ocorrências emergenciais. Contudo, importa ressaltar que, diferentemente dos indicadores de continuidade, não há publicação legal, regulamentar ou contratual em relação aos limites de referência dos indicadores de atendimento emergencial (como o prazo de 24h mencionado por esta D. Agência). Da mesma forma, não há instrumento que proíba ou penalize o aumento percentual nos indicadores TMP, TMD, TME ou TMAE.

Em verdade, a regulamentação vigente, conforme Módulo 8 do PRODIST, dispõe apenas da formulação dos indicadores e da necessidade do seu reporte periódico, o que é mensalmente realizado pela EDP SP. Assim, apesar destes indicadores servirem como instrumentos de análise por parte da Agência, não têm o condão de comprovar eventual inadequação do serviço prestado pela Distribuidora como sustentado neste AI.

Indo além, é preciso esclarecer que, apenas com base em indicadores – que não possuem referência definida –, não é possível concluir que uma distribuidora preste um serviço inadequado a seus consumidores. Tanto é assim que a análise de diversas outras informações demonstra que a EDP SP tem realizado a prestação de serviço de forma adequada, inclusive, dentro limites dos indicadores regulados, possuindo destaque de excelência perante outras distribuidoras com mesmo porte.

Corroborando a ausência de previsão regulatória expressa, destaca-se que o Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a prorrogação e licitação das concessões de distribuição vincendas, popularmente chamado de “**Decreto das Distribuidoras**”, **inova ao trazer previsão expressa de que o contrato deverá conter “definição de metas de eficiência na recomposição do serviço após eventos climáticos extremos”.** Esta medida reflete o reconhecimento, por parte do Poder Concedente, de uma lacuna regulatória existente devido à ausência de um normativo específico que trate da recomposição do serviço em situações de adversidades climáticas.

Ao incluir uma previsão legal que exige a definição de metas de eficiência para a recomposição do serviço após eventos climáticos extremos, além de assegurar uma resposta rápida e eficaz das distribuidoras diante desses eventos, cada vez mais recorrentes; o decreto dá o comando para que se criem as balizas necessárias que permitam às distribuidoras saberem os critérios a serem seguidos, possibilitando conduzir mais assertivamente sua atuação.

De outro modo, a utilização de indicadores sem referência definida gera um cenário de insegurança jurídica no ambiente regulatório, viola princípios balizadores da administração pública, maculando, por consequência, a prestação dos serviços.

Nesse sentido, é preciso ressaltar duas previsões constitucionais aplicáveis ao caso em tela. Em primeiro, verifica-se a incidência dos princípios da legalidade e da tipicidade, previstos no art. 5º, II; e XXXIX, da CRFB/88⁴. Na seara administrativa, os princípios mencionados também se projetam pelo princípio da segurança jurídica, à medida em que se verifica necessária a previsão normativa expressa das condutas a serem seguidas pelo agente regulado e das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento, sob risco de violação à confiança legítima estabelecida na relação entre Poder Concedente e Concessionária. Conforme ressalta Rafael Valim⁵:

A par do imperativo da densidade, impõe-se, ademais, que as leis habilitadoras de competências administrativas sejam claras, inteligíveis, coerentes, de molde a que os administrados possam orientar sua conduta segundo o conhecimento prévio de seus direitos e deveres perante a Administração Pública. Não basta a densidade. Pode ocorrer de uma regulação densa, porém ininteligível, obscura, ambígua, a qual irá conduzir ao problema assinalado em relação à exigência de suficiência: uma injustificada discricionariedade. (g.n.)

Significa dizer que, uma vez que inexistente a tipificação da infração com base no TMAE e nos demais indicadores, inclusive o critério de atendimento em até 24 horas, não seria possível o parâmetro ensejar potenciais sanções. Ainda que os dados sejam considerados por estad. Agência como indicativos de qualidade do serviço, fato é que não há valores predefinidos que parametrizem descumprimento quanto ao TMAE. Assim, haja vista que a única tipificação presente no TN em referência refere-se à REN nº 846/2019 e ao Contrato de Concessão, não caberia se utilizar de parâmetros discricionários para cominação de sanção a partir de uma suposta inadequação do serviço prestado. Reforça-se, nesse sentido, que a EDPSP apresenta dados conformes com a exigência da ANEEL.

Até mesmo porque, a *“piora no tempo de restabelecimento de suas ocorrências emergenciais quando comparados com os últimos 3 anos”*, como disposto no AI nº 0019/2024, não é suficiente para caracterizar serviço inadequado sem que seja possível identificar os critérios e balizar valores que devem ser cumpridos pela Distribuidora. Entender de forma contrária é cancelar o entendimento de que o administrador pode aplicar sanções

⁴ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] **II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;** [...] **XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;** [...]” (g.n.)

⁵ VALIM, Rafael. O princípio da segurança jurídica no Direito Administrativo. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; POZZO, Augusto Neves Dal (Coord.). **Tratado Sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 85. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/L1260/E1296/8402>. Acesso em: 27 mar. 2024.

com base em convicções e abstrações, o que é vedado no âmbito da administração pública⁶.

Em segundo lugar, de acordo com o art. 170 da CRFB/88, a ordem econômica é fundada na livre iniciativa e observa alguns princípios notórios, como o princípio da livre concorrência. Nesse contexto de garantia da livre iniciativa, a Administração Pública deve evitar o abuso do poder regulatório, noção que está diretamente relacionada com a criação de interpretações extensivas da norma e da regulação e, *in casu*, a utilização de indicadores como parâmetro de aplicação de sanções, cujo substrato normativo não tenha qualquer previsão nesse sentido.

Assim, considerando a ausência de parametrização quanto às metas e indicadores que devem ser utilizados pelas distribuidoras e pela Agência para definição de adequação do serviço prestado, a EDP SP se coloca à disposição para atuar conjuntamente com estad. ANEEL e demais agentes do mercado para discutir formas de aprimorar os critérios balizadores da prestação dos serviços. Isso porque, sob a ótica de uma regulação responsiva, adaptativa e flexível, o regulador deve estar atento às circunstâncias e variabilidades do mercado que regula, reconhecendo a complexidade do sistema regulatório e as dificuldades encontradas pelos agentes regulados no dia a dia.

Nesse contexto, diante dos mecanismos hoje existentes de aferição da qualidade do serviço de distribuição, a EDP SP vem cumprindo e melhorando suas metas, não sendo legítima a imposição de sanções que decorrem de parâmetros pouco assertivos – seja por falta de previsão normativa, seja por falta de orientação do regulador nesse sentido. Ademais, não se mostra legítimo e vai de encontro à proteção à confiança legítima, o administrado ser surpreendido por regras, cujos direcionamentos do órgão regulador caminhavam para outro sentido.

Com efeito, é preciso ressaltar que a EDP SP sempre buscou constante melhoria dos seus serviços, evidenciada pela constante evolução dos indicadores regulatórios de continuidade, conforme ampla orientação da ANEEL, sendo surpreendida pela aplicação de multa em valor vultoso com base em um indicador que sequer tem penalidade a ele associada – o que vai contra a regulação responsiva já apontada por estad. Agência.

IV. Análise dos indicadores à luz do contexto fático da prestação do serviço

Apesar da inquestionável adequação dos serviços prestados pela EDP SP, uma vez que todos os parâmetros fixados e as metas estabelecidas por esta d. Agência estão sendo inequivocamente cumpridos, destaca-se que, mesmo considerando a lógica apresentada pela D. SFT sobre a análise do recorte temporal de 2021 a 2023 e a suposta piora nos indicadores, não subsistem argumentos que corroborem a manutenção da aplicação da penalidade de multa em face da

⁶ Conforme disposto no art. 20, da LINDB, “nas esferas administrativa, controladora e judicial, **não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos** sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”

atuação da Concessionária.

Com efeito, como será adiante mais bem esclarecido, a atuação da Distribuidora vem sendo severamente impactada pelos efeitos decorrentes das mudanças climáticas, que resultam em eventos climáticos extremos e adversos. Nesse contexto, para a análise da adequação dos serviços prestados, essa d. Agência deve considerar (i) o impacto dessas condições climáticas, incontrolláveis, imprevisíveis e inevitáveis, na área de concessão da EDP SP; bem como (ii) todas as medidas e investimentos implementados como respostas a essas mudanças.

IV.1. Dos efeitos climáticos e impactos na área de concessão da EDP SP

O ano de 2023 ficou marcado pela intensificação dos efeitos das mudanças climáticas no Brasil e no mundo, evidenciados por fenômenos climáticos adversos como o El Niño⁷. Especificamente na área de concessão da EDP SP, foram perceptíveis os efeitos causados pelas condições climáticas mais intensas, assim como pela incidência de ciclones.

A título de exemplo, o mês de fevereiro de 2023 foi marcado por severidades climáticas históricas. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, foi o terceiro mês mais chuvoso do estado desde o início da série histórica em 1943. A precipitação do período (428,9mm) ficou 66% acima da média histórica, ficando atrás apenas dos meses de fevereiro de 1995 (445, mm) e de 2020 (505,7mm)⁸. No âmbito da área de concessão da EDP SP, destaca-se a região do litoral norte e, em especial, o município de São Sebastião, que foi atingido por fortes chuvas que chegaram à marca de impressionantes 626 mm acumulados entre 17 e 19 de fevereiro⁹.

E não é só. Além do volume de chuvas, um breve comparativo do mês de fevereiro/2023 em relação ao mesmo período de 2022, revela um aumento de aproximadamente 500% no total de descargas atmosféricas que atingiram a área de concessão da EDP SP, conforme detalhado abaixo:

⁷ Ver AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Painel El Niño 2023-2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/painel-el-nino/boletins/mensal/painel-el-nino-boletim-mensal-no-05-1.pdf/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

⁸ SÃO Paulo (SP): Fevereiro foi o 3º mais chuvoso em 81 anos. INMET, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/s%C3%A3o-paulo-sp-fevereiro-foi-o-3%C2%BA-mais-chuvoso-em-81-anos>. Acesso em: 24 mar. 2024.

⁹ Ver FARIAS, Victor. Chuva que caiu em 24 horas no Litoral Norte foi o maior registro da história do Brasil. G1, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/20/chuva-que-caiu-em-24-horas-no-litoral-norte-foi-o-maior-registro-da-historia-diz-governo-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Figura 11: Comparativo de incidência de raios na área da EDP SP – Fonte: Climatempo

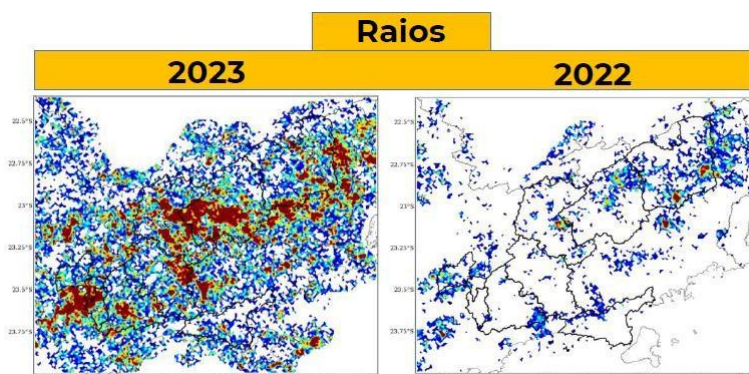


Tabela 1: Comparativo de incidência de raios na área da EDP SP – Fonte: Climatempo

Área de Concessão da EDP-SP		
Impacto	2022	2023
Raios (nuvem-solo)	6.859	41.134
Chuva (mm)	207	817

Não obstante os dados já apresentados, diversos outros meses apresentaram situações climáticas severas e extraordinárias que acabaram por gerar um grande volume de atendimentos emergenciais e que, por consequência, impactaram no tempo total de atendimento. A título de conhecimento, trazemos abaixo alguns comparativos do ano de 2023 em relação ao ano de 2022 para a área da EDP SP:

- Aumento de 126% no número de descargas atmosféricas (690.979 x 306.059);
- Aumento de 49% no número de dias com vento forte – acima de 40km/h (91x61).

Devido à grande influência dos eventos climáticos extraordinários na área de concessão, a situação enfrentada pela EDP SP no ano de 2023 foi apresentada como case de análise pela empresa Climatempo no evento “Resiliência das redes e eventos climáticos extremos”, promovido pela ANEEL em fevereiro/2023, o que reforça as condições adversas enfrentadas ao longo do ano mencionado.

Diante desse panorama extraordinário e desafiador, visando otimizar o tempo de resposta da distribuidora frente às ocorrências emergenciais, bem como melhorar a qualidade do serviço prestado e a satisfação dos consumidores, a EDP SP possui 7 Centros de Serviço de Distribuição (“CSD”) estrategicamente localizados ao longo de sua área de concessão. Adicionalmente, a Distribuidora possui ainda 19 bases avançadas, que contam com estrutura de apoio para equipes de atendimento, permitindo maior proximidade com as localidades e facilitando o deslocamento em eventual atendimento emergencial.

atendimento aos consumidores e consequentemente restabelecimento do fornecimento. Ademais, como estratégia para propiciar maior celeridade nos atendimentos emergenciais, todas as equipes de campo são equipes denominadas multidisciplinares, ou seja, estão preparadas e equipadas para atendimentos comerciais e técnicos.

A EDP SP também se utiliza de outros tipos de equipes em contingência para auxílio na identificação de defeitos na rede elétrica de forma a ter uma atuação mais assertiva. Neste formato, são utilizados batedores de moto e de carro (ex.: equipes de corte, técnicos de apoio, inspetores de rede e fiscais de obra). Já para atendimentos de maior esforço, a EDP SP adota a premissa de interrupção imediata de execução de obras para utilização das equipes de construção de rede nos atendimentos emergenciais, o que garante um maior volume de equipes deste tipo para auxílio no restabelecimento dos clientes. Por fim, menciona-se que, no Centro de Operação Integrado – COI, a estrutura é preparada para permitir um aumento imediato do número de técnicos de operação, assim como colaboradores de *call-back*, engenheiros, analistas e técnicos de apoio, de forma a dar maior celeridade nos atendimentos.

Não obstante esse extenso aparato técnico, como se pode observar dos dados técnicos coletados, o ano de 2023 foi um ano atípico e extremamente desafiador, na medida em que, apesar de todos os esforços, as equipes tiveram que lidar com alagamentos, interrupções dos fluxos em estradas com queda de barreiras, transposição de árvores caídas que dificultavam ou impediam o acesso etc. Ou seja, os serviços de religação em cenários de catástrofes naturais devem ser sopesados diante de tais impossibilidades físicas, que fogem do controle das concessionárias de distribuição e, por vezes, dependem de intervenção de outros organismos públicos.

Como é sabido, apesar dos eventos climáticos extraordinários ocorrerem em apenas alguns dias, as consequências perduram para os dias seguintes, tendo em vista a própria dificuldade de acesso físico aos locais.

Ainda, ressalta-se que não se pode entender a suposta piora apresentada pela d. Agência fora do contexto geral e global dos impactos causados pelos eventos climáticos extremos nas redes de distribuição, tanto é assim que a ANEEL vem se debruçando sobre o tema, inclusive por meio de uma Tomada de Subsídios¹⁰.

Nesse sentido, considerando os eventos climáticos extraordinários incidentes na área de concessão da EDP SP, cumpre-nos trazer alguns outros exemplos diversos àquele ocorrido no dia 03.11.2023, os quais são relacionados abaixo:

IV.1.a. Fevereiro de 2023

Conforme já mencionado, dados do Inmet evidenciaram que fevereiro de 2023 foi o terceiro

¹⁰ Tomada de Subsídios ANEEL 002/2024

mês mais chuvoso registrado no estado de São Paulo desde o início da série histórica em 1943. Especificamente quanto à área de concessão da EDP SP, a severidade dos eventos climáticos enfrentadas ao longo do mês de fevereiro, resultou no aumento das ocorrências emergenciais.

Na região do litoral norte de São Paulo, o município de São Sebastião figura como exemplo principal, visto que foi atingido por fortes chuvas no período de 17 a 19 de fevereiro, chegando a acumular 626 mm. O episódio acarretou deslizamentos de terra, queda de árvores, barreiras e alagamentos que afetaram duramente a região, sendo declarado posterior estado de calamidade pública¹¹.

Os impactos na área de concessão da EDP SP foram reportados por diversos veículos midiáticos:

O temporal que devastou o litoral norte de São Paulo no fim de semana do Carnaval e deixou 65 mortos fez com que fevereiro deste ano se tornasse o terceiro mais chuvoso do estado desde o início da série histórica do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), em 1943.¹²

Se a precipitação tivesse ocorrido nesta intensidade por toda cidade, o acumulado seria suficiente para preencher até a borda, 101 mil piscinas olímpicas. [...]

Entre o sábado, 18, e o domingo, 19, mais de 600 milímetros recaíram sobre a região – principalmente em São Sebastião, município mais afetado [...].¹³

Precipitação de fevereiro chegou a 250 mm e ficaram 177% acima da chuva de fevereiro do ano passado, que teve 90 mm [...]

De acordo com dados do Cptec (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), órgão ligado ao Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), as chuvas de fevereiro na RMVale chegaram a 250 milímetros e ficaram 177% acima da precipitação de fevereiro do ano passado, que encerrou com 90 mm.¹⁴

¹¹ Decreto Municipal nº 8.777/2023, posteriormente homologado pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto Estadual nº 67.952/2023

¹² FEVEREIRO deste ano foi o 3º mais chuvoso em São Paulo em oito décadas. **Folha de São Paulo**, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/fevereiro-deste-ano-foi-o-3o-mais-chuvoso-em-sao-paulo-em-oito-decadas.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

¹³ DAMASCENO, Cindy; PONCEANO, Bruno; THAYNAN, Lucas. Chuva em São Sebastião foi o mesmo que 101 mil piscinas em um dia: Gráfico mostra minuto a minuto. **Terra**, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/chuva-em-sao-sebastiao-foi-o-mesmo-que-101-mil-piscinas-em-um-dia-grafico-mostra-minuto-a-minuto,cd012cd7caa4e2ec80fb2e86ad9962482qp0wlb7.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

¹⁴ ALVES, Xandu. Chuva em fevereiro na RMVale supera em 177% volume de fevereiro de 2022. **Jornal OVALE**, 04 mar. 2023. Disponível em: <https://sampi.net.br/ovale/noticias/2744585/nossa-regiao/2023/03/chuva-em-fevereiro-na-rmvale-supera-em-177-volume-de-fevereiro-de-2022>. Acesso em: 25 mar. 2024.

A chuva de quinta-feira (2), causou estragos em todo o Alto Tietê. Os moradores sofreram com deslizamento em inundações. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), em Mogi das Cruzes choveu 83 milímetros e em Suzano 57 milímetros. Os índices são altos para um curto intervalo de tempo.¹⁵

Em poucas horas de chuva, diversas ruas e avenidas de Taubaté ficaram totalmente alagadas nesta quinta-feira (23). Na região, houve registro de estragos também em São José dos Campos. [...]

De acordo com o secretário de segurança da cidade, Carlos Alberto de Souza, que responde também pela Defesa Civil, em todo o mês de fevereiro até o momento, o município já acumula 306 mm de chuva, quando no mesmo período do ano passado foram 174 mm.¹⁶

A chuva que atingiu as cidades de São Sebastião e Bertioga, causando destruição e mais de 40 mortes, foi superior a toda precipitação acumulada em janeiro e fevereiro de 2022. Em outras palavras, choveu entre a madrugada de sábado (18) e a noite de domingo (19) mais do que em dois meses, segundo dados do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais).¹⁷

IV.1.b. Julho de 2023

Entre os dias 13 e 14 de julho de 2023, um ciclone extratropical próximo à costa da Região Sudeste, associado à passagem de uma frente fria pelo Estado de São Paulo, provocou grandes impactos na área de concessão da EDP SP. As fortes rajadas de vento e os demais reflexos afetaram especialmente o Vale do Paraíba e o Litoral Norte:

Os reflexos de um ciclone extratropical provocaram ventania nesta quinta-feira (13) em cidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. Foram registradas ao menos 16 quedas de árvores em Caraguatatuba, São Sebastião, São José dos Campos e Campos do Jordão.¹⁸

¹⁵ TEMPORAL causa estragos em várias cidades do Alto Tietê. G1, 03 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2023/02/03/temporal-causa-estragos-em-varias-cidades-do-alto-tiete.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

¹⁶ TEMPORAL causa estragos em Taubaté e São José dos Campos. G1, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/23/temporal-causa-estragos-em-taubate-e-sao-jose-dos-campos.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

¹⁷ PIOVEZAN, Stefhanie. São Sebastião teve mais chuva em 2 dias do que em 2 meses de verão. Folha de São Paulo, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/sao-sebastiao-teve-mais-chuva-em-2-dias-do-que-em-2-meses-de-verao.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

¹⁸ CICLONE extratropical: Vale do Paraíba e Litoral Norte registram ventania e quedas de árvores; Inmet alerta para vendaval. G1, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/07/13/video-reflexos-de-ciclone-extratropical-causam-ventania-no-litoral-norte-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

IV.1.c. Setembro de 2023

Entre 27 e 28 de setembro, outro ciclone extratropical atingiu a área de concessão da EDP SP, causando fortes vendavais, chuvas intensas, descargas elétricas e a precipitação de granizo. Os maiores acumulados de chuva foram registrados, principalmente, no dia 27 de setembro. Em Caraguatatuba, a chuva atingiu 54mm, o que representa mais de 50% da média histórica do mês inteiro de setembro:

A tempestade que atingiu diversas cidades do Vale do Paraíba e região, na tarde desta quarta-feira (27), veio acompanhada de ventania e chuva de granizo [...],¹⁹

O temporal com ventos fortes que atingiu diversas cidades da região, na tarde desta quarta-feira (27), derrubou e destruiu o portal da entrada de Pindamonhangaba (SP). Na cidade, os ventos atingiram entre 60 e 100 km/h, segundo a Defesa Civil. Ninguém ficou ferido.²⁰

IV.1.d. Outubro de 2023

O mês de outubro foi marcado por dois eventos climáticos extraordinários sequenciais impactantes para a área de concessão da EDP SP, ocorridos entre os dias 04 e 09 de outubro. Destacam-se tempestades, um volume extraordinário de chuvas, vendavais e queda de raios.

Os maiores acumulados de chuva foram registrados em poucas horas do dia 04/10/2023. Em Guarulhos, por exemplo, a chuva atingiu 20 mm, o que representa em torno de 13% da média histórica do mês inteiro de outubro na região. Registrou-se, ainda, uma quantidade de raios expressiva durante o período analisado. A maior densidade de descargas elétricas foi na Regional Jacareí, com quase 160 raios nuvem-solo e mais de 2.000 raios nuvem-nuvem, o que caracteriza uma tempestade de raios.

As máximas rajadas de vento foram classificadas como ventania forte na Regional São José dos Campos, chegando a 76 km/h, afetando e derrubando árvores e galhos que prejudicam a rede de distribuição de energia elétrica. Especificamente no município de São José dos Campos, apenas nos primeiros 5 dias do mês, foi registrada 80% da chuva média esperada no mês pela Defesa Civil Municipal:

Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a cidade já acumulou 80 milímetros de chuva nos cinco primeiros dias do mês.

¹⁹ TEMPESTADE com ventania e granizo atinge diversas cidades do Vale do Paraíba e região. G1, 27 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/09/27/tempestade-com-ventania-e-granizo-atinge-diversas-cidades-do-vale-do-paraiba-e-regiao.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

²⁰ VENTANIA derruba e destrói portal de Pindamonhangaba durante tempestade; veja antes e depois. G1, 27 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/09/27/vento-forte-derruba-e-destroi-portal-de-pindamonhangaba-durante-tempestade-veja-antes-e-depois.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

O instituto não tem a média histórica de chuvas em outubro em São José, mas, segundo a Defesa Civil municipal, esse índice é de 100 milímetros. Ou seja, a cidade já acumulou 80% da chuva média para o mês.²¹

IV.1.e. Dezembro de 2023

Por fim, em dezembro, novos eventos climáticos extraordinários afetaram a área de concessão da EDP SP. No dia 17 do referido mês, foi registrado volume de chuva de 95 mm em menos de 24 horas, o que representa mais de 30% da média climatológica de chuva para o mês de dezembro. Também foram identificadas rajadas de vento que alcançaram 75 km/h.

A presença de um cavado em médios níveis da atmosfera, combinada com (i) a convergência de umidade em baixos níveis da atmosfera; e (ii) a disponibilidade de calor no Estado de São Paulo no período de 22 de dezembro de 2023 favoreceu a formação de fortes tempestades. Posteriormente, em 22/12/2023, foi registrado novo volume extraordinário de chuvas, apurando-se 95 mm em menos de 24 horas. O quantitativo representa, conforme já salientado anteriormente, mais de 30% da média climatológica de chuva para o mês de dezembro; com rajadas de vento ainda mais fortes, que alcançaram 83 km/h.

Portanto, se a ANEEL identificou que os parâmetros existentes não capturam adequadamente a qualidade da prestação dos serviços diante desse novo cenário mundial de mudanças climáticas, a Agência deveria – como sempre vem fazendo – propor novo modo de aferição dos serviços mediante consulta pública, de forma a considerar os novos contornos climáticos e os expurgos necessários.

IV.2 Da manutenção preventiva na área da Concessão

Para além dos pontos já suscitados quanto ao compromisso da Concessionária em relação ao ano de 2023, bem como decorrentes dos eventos climáticos extremos vivenciados no país, são necessários apontamentos adicionais no tocante à manutenção preventiva que a EDP SP busca promover na área da Concessão. Em linhas gerais, é sabido que, para prestar o serviço público objeto do Contrato de Concessão, a Distribuidora passa a dispor de algumas competências de caráter público, conforme preconiza Egon Bockmann Moreira²²:

A premissa desta proposta é a de que o projeto concessionário dirige-se à implementação fática de determinados direitos, deveres e obrigações (com variados matizes: públicos e privados, ao interno e para fora do núcleo contratual stricto sensu). Alberga, assim, a outorga de competências públicas para o concessionário, a serem futuramente exercidas em sua relação com usuários e terceiros. Ao ser constituído concessionário, o sujeito privado é investido em prerrogativas típicas daqueles que ocupam o polo ativo de relações

²¹ EM apenas cinco dias, São José dos Campos já acumula 80% da chuva de outubro. G1, 06 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/10/06/em-apenas-cinco-dias-sao-jose-dos-campos-ja-acumula-80percent-da-chuva-de-outubro.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

²² MOREIRA, Egon Bockmann. **Direito das Concessões de Serviço Público**: concessões, Parcerias, permissões e autorizações. Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 272.

jurídico-administrativas – fazendo as vezes do Estado. Ele ‘adquire um direito novo, o direito de gerir um serviço público em seu próprio nome’. Daí a formação de novas relações administrativas entre concessionário, usuários e terceiros. À evidência, essa qualificação não incide em todos os vínculos travados pelo concessionário, mas sim naqueles em que haja exercício das prerrogativas de administração que lhe foram outorgadas (instalação e prestação dos serviços, desapropriações, cobranças das tarifas etc.). Está-se diante de uma pessoa privada que se vale do direito público para cumprir o escopo que lhe foi cometido por meio do contrato de concessão. O que traz à memória o direito privado administrativo, tantas vezes acima referido. (g.n.)

Nesse ínterim, depreende-se que a EDP SP não somente opera o serviço de distribuição de energia elétrica, mas também é responsável pela manutenção preventiva da rede e, a princípio, possuiria as prerrogativas necessárias para tanto. Ocorre que, ao longo do período de concessão, a Distribuidora tem se deparado com situações conflituais de competência, especialmente no que concerne à poda de árvores. Explica-se.

Como é de conhecimento geral, a poda de árvores é parte crucial da manutenção preventiva da rede. Verifica-se que, em cenários de catástrofes, a má gestão do serviço de poda resulta em transtornos adicionais, como obstáculos significativos nos trajetos das equipes e fator dificultador na recomposição da infraestrutura danificada. A dificuldade em comento também é refletida nos dados da Distribuidora, visto que transtornos com a vegetação representam 21,6% dos casos de restabelecimento às unidades consumidoras.

Diante desse cenário, a EDP SP busca constantemente a resolução da problemática por meio de parcerias com as gestões municipais no raio da área de Concessão. Em 2023, foram contabilizadas mais de 420 mil podas executadas pela Concessionária, além de 45,8 km de limpezas de faixa. Todavia, trata-se de número ainda baixo, haja vista os contratemplos envolvendo disputa de competência. Em Municípios com os quais não foi estabelecida qualquer parceria, a EDP SP enfrenta restrições de realização do serviço de poda, sob pena de multa administrativa. Esse fato reforça a aplicação da excludente de culpabilidade diante dos eventos climáticos enfrentados, pois, ainda que a Concessionária busque melhorar as condições para a prestação do serviço, fato é que se encontra em situação de impedimento de prevenção em um dos principais fatores prejudiciais à distribuição.

Nesse sentido, ainda que a EDP SP realize as podas por meio de parcerias com o ente municipal, conforme o acima destacado é fundamental esclarecer que essa atribuição compete aos municípios na qualidade de prestador de serviços públicos de interesse local, conforme art. 30, V, da CRFB/88²³. Isso se deve ao fato de que as árvores existentes em vias públicas integram o patrimônio urbanístico da cidade, sendo responsabilidade das autoridades municipais sua fiscalização e conservação de forma a evitar danos causados por quedas de

²³ “Art. 30. Compete aos Municípios: [...] V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; [...]”

árvores. Em outras palavras, se a copa das árvores alcançou a fiação da rede elétrica, depreende-se que o Município falhou em seu dever de guarda sobre a vegetação localizada nas áreas de seu domínio, falha essa que não pode ser afastada ou atenuada em razão da atuação proativa das distribuidoras, muito pelo contrário, se não fosse por tal atuação, as dificuldades e consequências à rede de distribuição seriam maiores e piores à população.

Assim, nos cenários de eventos climáticos extremos, em que a queda de galhos e árvores é recorrente, muitas vezes a Concessionária fica impedida de reestabelecer o fornecimento da energia, visto depender da atuação das Prefeituras Municipais ou, em alguns casos, de demais órgãos públicos, como os bombeiros, por exemplo, com a retirada da vegetação danificada. Esse dado, portanto, deve ser levado em consideração para aferir eventual atraso no reestabelecimento do serviço. Por certo, a Distribuidora não poderá ser penalizada por situações que demandam interlocução com outros poderes e que, por consequência, fogem do âmbito da concessão de distribuição de energia elétrica – não obstante todos os esforços que vem empreendendo para cooperar com tais órgãos.

Diante do exposto até o momento, a EDP SP entende e requer que o Ilmo. Superintendente de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica exerça o juízo de reconsideração, para cancelar e arquivar o AI nº 0019/2024, em razão dos argumentos acima elencados.

Na hipótese de não acatamento da solicitação da Distribuidora, solicita-se a revisão da dosimetria da penalidade aplicada, com a consequente redução do valor da multa, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

V. Da necessidade de revisão da dosimetria da penalidade aplicada: da proporcionalidade, da razoabilidade e da isonomia na análise da atuação da Concessionária para aferição da adequação dos serviços de distribuição.

Na remota hipótese de esta D. Agência não reconhecer a procedência dos argumentos apresentados pela Distribuidora para o cancelamento e arquivamento do AI nº 0019/2024 e optar pela manutenção da Não-Conformidade identificada e, consequentemente, da imposição da penalidade de multa, esta deve ser reduzida, à luz dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da isonomia. Vejamos.

Conforme evidenciado ao longo desta manifestação, a atuação da EDP SP vem enfrentando os diversos impactos referentes à atipicidade vivenciada no clima nos últimos anos, com condições climáticas mais intensas e catastróficas, incluindo aumento considerável do volume pluviométrico, aumento das descargas elétricas e ventos fortes. Todos esses fatores contribuem de sobremaneira para a ocorrência de impactos na prestação dos serviços.

Nesse contexto, além de a concessionária ter que remediar os danos causados pela força das condições climáticas intensas, ainda precisa lidar com os diversos outros problemas vivenciados pelos municípios que impactam na capacidade de locomoção com ruas alagadas e vias

interditadas²⁴. Além de depender da interlocução com outros órgãos/entidades para a solução conjunta dos problemas, como é o caso de podas de árvores que, em quantidade relevantes, obstam a atuação da Distribuidoras que depende da atuação das prefeituras para a retiradas de árvores que eventualmente estejam prejudicando ou impedindo o reestabelecimento da energia elétrica aos consumidores.

A atuação do regulador deve basear-se na razoabilidade, a que o ilustre Humberto Ávila denomina, de forma irretocável, de razoabilidade com congruência:

Na presente hipótese, interessa a ideia de razoabilidade como congruência. Nesta faceta, a razoabilidade exige uma relação harmônica entre as normas e as situações que pretendem regular. Medidas em descompasso com a realidade empírica subjacente, ou que se afastem da lógica inerente a certos institutos, serão incompatíveis com o referido princípio. Nos dizeres de José Adércio Leite Sampaio, a razoabilidade requer que os atos estatais atendam a ‘um requisito de correspondência normativa com os fatos, com a realidade, com a natureza das coisas’.²⁵

Considerando, portanto, as particularidades do presente caso, atraindo-se ao presente a força normativa do princípio da realidade dos fatos – prescrita por Diogo de Figueiredo Moreira Neto²⁶ como limitador da atuação estatal, seja com relação aos seus fundamentos, seja com relação ao seu objeto –, e os comandos expressos da LINDB, previstos em seu art. 22, § 1º, ao dispor:

Art. 22 [...] § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Assim, é certo que a análise da regularidade da prestação dos serviços pela EDP SP deve levar em consideração, não somente os números absolutos de casos em que houve determinada demora no reestabelecimento do serviço, mas o cenário fático em que a atuação

²⁴ Os eventos climáticos catastróficos ocorridos em 2023 por diversas oportunidades chegaram ao extremo de interditar rodovias essenciais daqueles municípios, impedindo o deslocamento e inviabilizando a atuação das equipes de manutenção e reparo. Sobre isso, confira-se reportagem a seguir: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/02/22/estradas-no-litoral-norte-de-sp-ainda-tem-interdicoes-apos-chuvas.htm>

²⁵ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios** – da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 201.

²⁶ “O entendimento do princípio da realidade parte de considerações bem simples: o Direito volta-se à convivência real entre os homens e todos os atos partem do pressuposto de que os fatos que sustentam suas normas e demarcam seus objetivos são verdadeiros. São os fatos que regularmente ocorrem ou podem ocorrer, na natureza física ou convivencial, e só excepcionalmente, e por disposição expressa, a ordem jurídica acolhe ficções ou presunções. Em outros termos, a vivência do Direito não comporta fantasias; o irreal tanto não pode ser a fundamentação de um ato administrativo quanto não pode ser o seu objetivo. O Direito Público, ramo voltado à disciplina da satisfação dos interesses públicos, tem, na inveracidade e na impossibilidade, rigorosos limites à discricionariedade” (MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Legitimidade e Discricionariedade**. Rio de Janeiro: Forense, 2002).

da Concessionária está inserida, bem como as condições que a limitam – no caso em análise, as situações climáticas atípicas e catastróficas que assolaram sua área de concessão.

Nesse contexto, passa-se a análise dos critérios de dosimetria utilizados por esta D. Agência.

- **Gravidade:**

Segundo AI nº 0019/2024, a gravidade da infração está “*associada aos possíveis impactos aos consumidores e às regiões afetadas pela prestação de serviços de distribuição de energia elétrica de forma inadequada, devido à sujeição a tempos excessivos de interrupção no fornecimento de energia elétrica. Nesse caso, a falta de energia tem risco de causar impactos socioeconômicos e afetar as atividades domésticas e comerciais dos consumidores de forma irreparável. Atribui-se à Gravidade 100%”*.

Como se observa do trecho acima destacado, o percentual atribuído à gravidade da suposta infração cometida pela EDP SP foi fixado no valor máximo de 100%. Ocorre que, em análise a diversos precedentes firmados por esta D. Agência é possível perceber que o critério utilizado no caso em comento não se amolda aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ferindo ainda o princípio do tratamento isonômico entre os agentes.

Em análise ao voto proferido nos autos do Processo nº 48500.001777/2021-10, no âmbito do qual essa d. Agência analisou o recurso interposto pela Companhia Energética do Estado da Bahia – COELBA, reconheceu a necessidade de minorar o percentual atribuído para gravidade de 100% para 75%, considerando o fato de que a distribuidora estaria atingindo o DEC regulatório em sua área de concessão e figurando em 15º no Ranking DGC. Confirma-se, por oportuno, trecho retirado do mencionado voto:

“57. Pesa a favor da Coelba o fato de, em média, a concessionária estar atingindo o DEC regulatório na sua área de concessão desde 2018 e no ranking do Desempenho Global de Continuidade (DGC)22, que mede a relação da duração e frequência de interrupções em relação aos indicadores definidos pela ANEEL, a Coelba figurar na 15ª posição, de um total de 29 concessionárias com mais de 400 mil unidades consumidoras, ou seja, em uma posição mediana.

58. Desta forma, sopesando a gravidade da infração cometida pela concessionária para um conjunto de consumidores com o desempenho médio na área de concessão neste tema, entendo que o percentual de gravidade mais adequado a ser estabelecido é de 75%. Esse valor, a meu juízo, representa de forma mais adequada os graves problemas de continuidade no fornecimento de energia elétrica experimentado por um conjunto de consumidores com o atingimento médio do índice de continuidade fixado pelo Regulador”

De acordo com a baliza firmada pela Agência no precedente acima, conclui-se pela necessidade de adequação do percentual de gravidade com a redução proporcional e razoável à luz da performance de atuação da Distribuidora. Como reiteradamente explicitado ao longo deste recurso, a EDP SP ao longo dos anos tem performado abaixo dos limites regulatórios definidos pela Agência, sendo certo que, em 2023, foi atingido um valor 45% abaixo do limite

estabelecido. Com relação ao Ranking DGC, verifica-se que a EDP SP apresentou evolução de 10 posições no referido ranking no período de 2020 a 2023, saindo da posição 22º para 12º.

Apenas considerando esses resultados, já seria o suficiente para concluir pela necessidade de redução do percentual atribuído – ao menos para 75%, em atenção ao princípio da isonomia. Não obstante, vale mencionar que, **em 2023, a EDP SP tem o 5º melhor resultado em um comparativo com as demais distribuidoras do Brasil** (considerado empresas de grande porte – acima de 400 mil unidades consumidoras).

Há também que se mencionar que, no emblemático precedente do popularmente conhecido como “Apagão do Amapá”, julgado nos autos do processo nº 48534.000389/2021-00, da concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A – MACAPÁ, foi atribuído percentual de 50% de gravidade pelo não atendimento dos requisitos mínimos de qualidade para elaboração de plano de contingência. Note-se que, mesmo que a infração seja distinta, fato é que se tratou de episódio que deixou mais de 800mil consumidores sem energia elétrica por 22 dias. Assim, apesar de a proporção do incidente ter sido extremamente gravosa, o percentual aplicado limitou-se a 50%, substancialmente menor do que o aplicado no presente caso, cuja proporção não é sequer comparável.

Com efeito, a atuação da Administração Pública, principalmente em processos sancionadores, deve ser una e congruente, sob pena de violar o princípio da isonomia. Em atenção aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da isonomia, é imperiosa a reforma do presente Auto de Infração para adequação do percentual de gravidade atribuído com a sua consequente redução de no mínimo 50%, conforme precedentes ora trazidos.

- **Danos:**

Já com relação aos danos, o Auto de Infração afirma “*Foram identificados danos para o serviço e para os usuários, uma vez que a falta de energia, em especial por tempos tão prolongados como os constatados, causa diversos transtornos aos consumidores, dos quais podemos citar: perdas de alimentos com necessidade de refrigeração ou aquecimento, prejudica a irrigação, suspende a produção nas indústrias, inviabiliza o atendimento do comércio, prejudica a segurança, impede o uso de aparelho domésticos etc. Atribuiu-se aos Danos 75%.*”

Não obstante a ausência de previsão regulatória que defina as interrupções acima de 24h como critério para a aplicação de penalidades, apesar dos alegados “*danos [...] uma vez que a falta de energia, em especial por tempos tão prolongados [...] causa diversos transtornos*”, fato é que os consumidores cujos indicadores de continuidade individuais foram transgredidos receberam, conforme regulamento vigente, compensação financeira. Sobre isso, a EDP SP esclarece que, no ano de 2022 e 2023, houve o pagamento no valor de R\$13,12 MM e R\$19,5 MM, respectivamente, vinculados as compensações dos indicadores DIC, DMIC e DICRI, relativos à duração de interrupções. Já com relação aos ressarcimentos de danos elétricos, em 2023 a Distribuidora efetuou, na forma de pagamento ou conserto do equipamento, a reparação no montante de

R\$2,48 MM.

Significa dizer, portanto, que os consumidores foram devidamente indenizados e compensados. Com a devida indenização, como o nome diz, torna o consumidor indene e, portanto, livre de qualquer dano, uma vez que foi substituído por uma compensação equivalente. Assim, uma vez reparado o dano, não há razão pela qual punir a EDP SP por algo que já foi devidamente e suficientemente remediado. E se esse universo de consumidores atingidos está dentro dos limites aceitáveis, conforme foi demonstrado acima, a punição torna-se arbitrária e deve se afastar esse agravante.

Ainda que não se considere a completa mitigação dos danos sofridos pela indenização, a compensação realizada diretamente aos consumidores deve ser fator redutor considerável da dosimetria relacionada aos Danos. Esse é o entendimento já esposado pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN, nos autos do Processo nº 48500.000899/2021-99, relativo à atuação da Energisa MS, o que foi reconhecido pela ANEEL²⁷:

“48. Por outro lado, com relação a dosimetria do valor dos danos, podemos considerar que a compensação de alguma forma já penaliza a distribuidora e mitiga de forma parcial os danos sofridos. Desse modo acatam os parcialmente os argumentos da EMS, reduzindo-se o valor inicialmente atribuído de 50% para 25 % como parâmetro para danos.”

Pelo exposto, requer-se que o percentual de danos atribuído no presente caso seja reduzido a zero ou, subsidiariamente, consideravelmente reduzido, visto a compensação já realizada pela EDP SP aos consumidores e o precedente firmado por esta D. Agência, que já reconheceu a mitigação parcial dos danos em caso semelhante.

- **Vantagem:**

Com relação à suposta vantagem auferida pela Distribuidora em decorrência das supostas infrações, o AI suscitou que *“Foram identificadas vantagens neste caso, tendo em vista que a Distribuidora precisava contratar mais equipes para fazer frente à quantidade de ocorrências emergenciais, mesmo antes do evento, uma vez que o TMP vinha aumentando nos últimos anos. Como a Distribuidora não aumentou seu contingente operacional, isso faz com que seja internalizado ganhos pela Distribuidora, porém com degradação na prestação do serviço verificada na presente fiscalização no que tange ao restabelecimento do fornecimento de energia elétrica após interrupções do serviço. Atribuiu-se à Vantagem 75%.”*

Ocorre que o entendimento que fundamentou a conclusão que levou a d. SFT a atribuir o percentual de vantagem em 75% encontra-se equivocado. Isso porque, como se depreende

²⁷ Cf. Voto proferido pelo Diretor Sandoval de Araujo Feitosa Neto.

da leitura do Auto de Infração, a Distribuidora optou pela utilização de veículos de pequeno e médio porte para atendimento da ocorrência, o que seria supostamente inadequado. No entanto, ao contrário do que supôs essa d. Agência, a utilização desses veículos não se trata de estratégia mais econômica ou de ausência de investimentos. De modo completamente distinto, a escolha pelos veículos de pequeno e médio porte integram a logística operacional da empresa e tem o condão de dar mais celeridade ao atendimento das demandas.

Com efeito, a maior parte das ordens de serviços são em ponto de entrega de baixa tensão (PEE – BT) e estações transformadores (ET's) sendo mais ágil o atendimento com veículos de pequeno porte, uma vez que a ação de reestabelecimento não demanda atividades complexas.

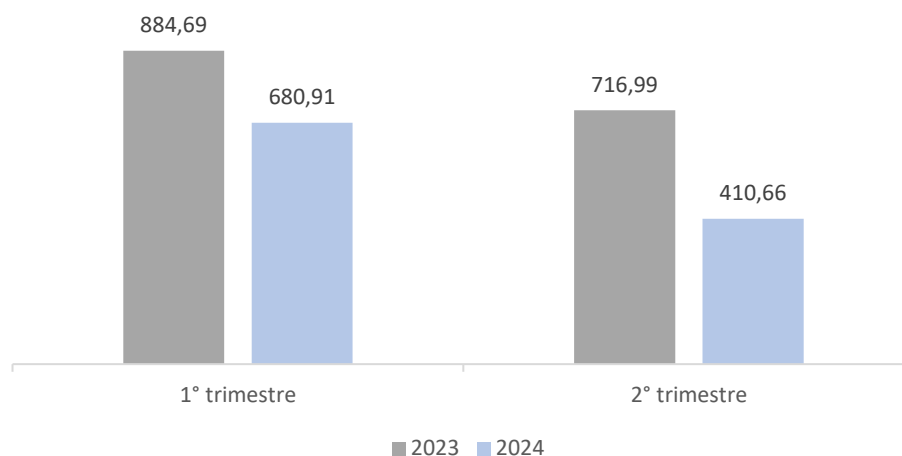
Desse modo, não é possível vislumbrar qualquer vantagem que tenha sido auferida pela Concessionária que possa ser relacionada à suposta demora no atendimento das emergências e na solução das ocorrências, muito pelo contrário, esse fato contribui para se identificar e atender as demandas com maior celeridade, motivo pelo qual é necessária a correção do percentual atribuído.

V.1. Do reconhecimento de hipótese de aplicação de atenuante ao valor aplicação do art. 24, da REN nº 846/2019

Por fim, quanto a aplicação do art. 24, da REN nº 846/2019, caso a EDP SP comprovasse a cessação da infração e a reparação dos danos associados até a manifestação ao Termo de Notificação, faria jus ao atenuante sobre o valor da multa aplicada. Ocorre que, como a lavratura do TN data de fevereiro de 2024, a manifestação da EDP SP foi protocolada no dia 28/03/2024, dentro do período de fechamento dos indicadores de fevereiro, conforme dispõe o Módulo 8 dos Procedimento de Distribuição – PRODIST, motivo pelo qual não houve tempo hábil para incluir as informações complementares no documento.

Não obstante não ter sido possível comprovar a cessação da infração à época da manifestação por um problema de ordem apenas procedimental, em razão no necessário tempo de apuração, elaboração dos indicadores e envio de dados via sistema específico, fato é que se observou a melhora no indicador TMAE, comparando os dois primeiros trimestres de 2024 com 2023, por meio do qual verifica a redução de 23% no 1º trimestre e 42,7% no 1º trimestre. Confira-se:

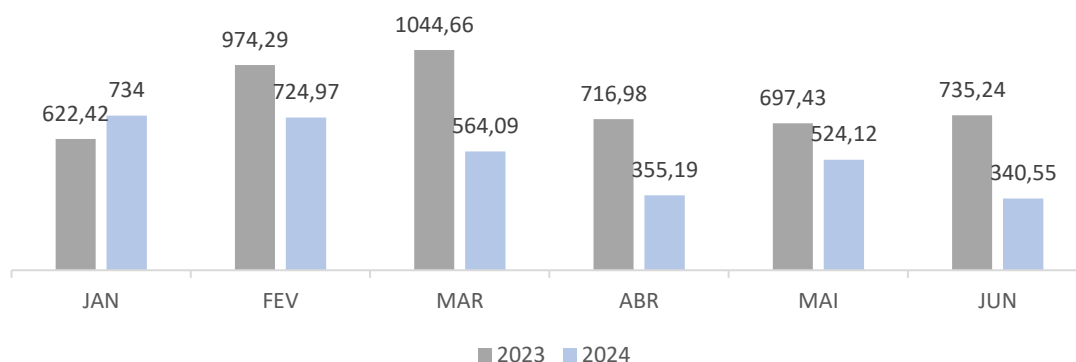
TMAE trimestral



*Dados de junho são prévios, passíveis de alterações até o final do período de apuração nos termos do Módulo 8 do PRODIST

A evolução também é verificada quando avaliadas as parcelas mensais do referido indicador. Vejamos:

TMAE mensal

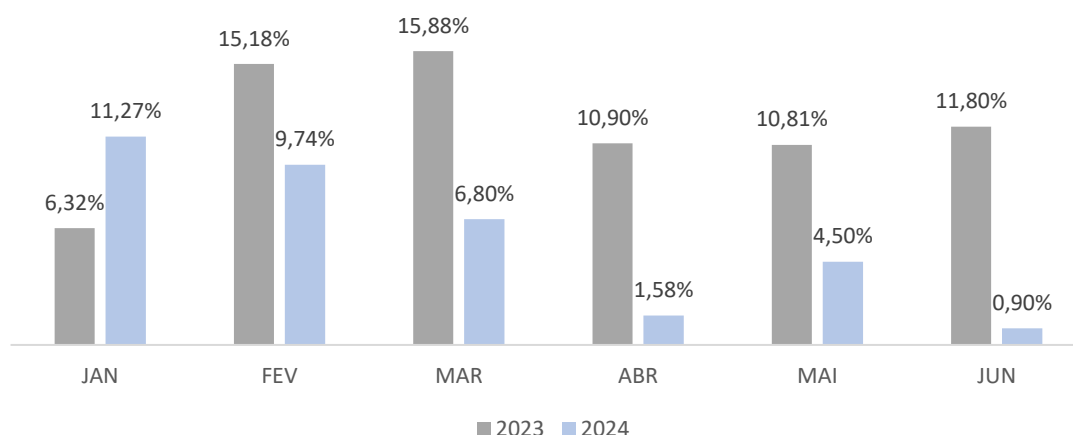


*Dados de junho são prévios, passíveis de alterações até o final do período de apuração nos termos do Módulo 8 do PRODIST

Vale destacar que por intermédio da Carta CT-EDP-SP-045-20244, de 10 de maio de 2024, a Distribuidora apresentou informações complementares à sua manifestação ao Termo de Notificação com a evolução dos indicadores de atendimento emergencial.

Em relação a quantidade de interrupções com durações excessivas (maiores que 24h de duração), a EDP SP demonstra que tem boa evolução com redução do percentual, quando comparados os meses de 2023 com 2024, demonstrando o compromisso da empresa com os consumidores e busca contínua pela melhoria da qualidade do fornecimento. Veja-se:

% de interrupções acima de 24h



*Dados de junho são prévios, passíveis de alterações até o final do período de apuração nos termos do Módulo 8 do PRODIST

Segundo o item 18 do referido AI, a Não-Conformidade NC.1 está vinculada à duração excessiva do restabelecimento das interrupções ocorridas na área de concessão da EDP SP no ano de 2022 e 2023 e a inadequada performance do tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais nos anos de 2019 a 2023. Contudo, conforme demonstrado pela Distribuidora, houve redução dos percentuais dos dois aspectos avaliados, principalmente relacionados ao tempo de resposta às emergências, bem como a reparação dos danos causados conforme demonstrado no capítulo anterior, motivo pelo qual a EDP SP faz jus ao atenuante previsto no art. 24 da REN nº 846/2019.

VI – Conclusão e pedidos

Por todo o exposto, é possível concluir que:

- (i) Houve adequação e melhoria dos serviços prestados pela EDP SP, no período analisado, tendo em vista a conformidade com os parâmetros fixados pela Agência (DEC/FEC e “Ranking DGC”), bem como pelo atingimento da meta pactuada no âmbito do Plano de Resultados de Continuidade 2023–2026 da ANEEL já em 2023;
- (ii) Não é possível concluir pela inadequação da prestação do serviço pela Distribuidora baseando-se em indicadores que não possuem referência definida, seja em publicação legal, regulamentar ou contratual, como é o caso dos indicadores de atendimento emergencial (como o prazo de 24h);
- (iii) Tanto não há previsão regulatória definindo os parâmetros de atendimento desses indicadores que o decreto veiculado pelo Poder Concedente para regular a prorrogação e licitação das concessões das distribuidoras inovou com a previsão expressa de que o contrato deverá conter “definição de metas de eficiência na recomposição do serviço após eventos climáticos extremos”;
- (iv) Desse modo, a eventual piora no restabelecimento das ocorrências emergências, como disposto no AI nº 0019/2024, não é suficiente para caracterizar serviço inadequado, sob pena de violação do princípio da legalidade e da segurança jurídica; e
- (v) Mesmo que se considere o recorte temporal de 2021 a 2023, essa análise deverá levar em consideração o cenário fático de prestação dos serviços,

com a intensificação das mudanças climáticas, que vem impondo uma série de desafios à atividade da EDP SP.

Pelo exposto, a EDP SP requer que o Ilmo. Superintendente de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica exerça o juízo de reconsideração, para anular o Auto de Infração nº 0019/2024, em razão dos argumentos acima elencados; subsidiariamente, que reforme o presente Auto de Infração, para que seja adequada a dosimetria da penalidade aplicada, com a consequente redução do valor da multa.

Caso o Ilmo. Superintendente de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica não acolha o pedido formulado acima, a EDP SP requer:

- (i) Que os autos do processo nº 48500.000647/2024-11, devidamente instruído com o presente Recurso sejam remetidos para a Diretoria da ANEEL; e
- (ii) Que a Diretoria da ANEEL julgue procedente o Recurso para anular a penalidade imposta em face da EDP SP; subsidiariamente que reforme o presente Auto de Infração, para que seja adequada a dosimetria da penalidade aplicada, com a consequente redução do valor da multa.

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 08 de julho de 2024

Marcos de Abreu Soares
Gestor Executivo de Regulação da Distribuição